

Reforma da Justiça pode ter votação final hoje na CCJ

Em reunião extraordinária, às 11h, comissão deve analisar os destaques ainda pendentes para que a proposta seja enviada ao Plenário

Página 4



DECISÃO Edison Lobão (E), presidente da CCJ, espera terminar a votação dos destaques ao relatório de José Jorge sobre a reforma do Judiciário

Plenário deve examinar sete MPs para liberar pauta



ORDEM DO DIA A MP que altera o Estatuto do Desarmamento é o primeiro item a ser votado hoje pelos senadores no Plenário

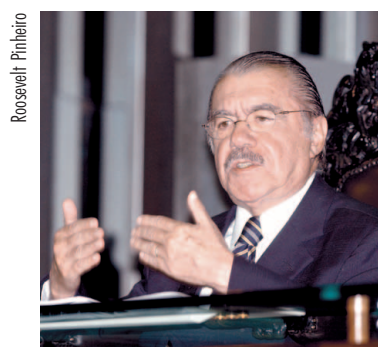
A medida provisória que altera o Estatuto do Desarmamento para flexibilizar o porte de arma de fogo por guardas municipais é o primeiro item da pauta do Plenário do Senado, hoje. Outras seis MPs aguardam deliberação, entre elas a que proíbe os bingos. Outra medida provisória na pauta é a que regulamenta a partilha de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). O dinheiro, destinado à recuperação de rodovias, deve ser rateado entre estados, Distrito Federal e municípios.

Página 3

Brasil quer energia nuclear para fins pacíficos, afirma Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, considerou inaceitável comparar o Brasil a países que pesquisam o átomo para fins bélicos. Sarney fez a declaração ao comentar notícia do *The Washington Post* segundo a qual o governo brasileiro estaria dificultando o acesso de inspetores de armas nucleares à instalação de enriquecimento de urânio situada em Resende, no Rio de Janeiro.

Página 2



Sarney: país não aceita ser colocado sob suspeição

Começa análise das emendas ao relatório do PPA

São 373 os destaques a serem decididos pela Comissão de Orçamento a partir de hoje.

Página 3

Agenda

Plenário analisa mudança no Estatuto do Desarmamento



Sete medidas provisórias ainda trancam a pauta de votações do Plenário, que realiza sessão hoje, às 14h30. O primeiro item a ser votado (MP 157/03) altera o Estatuto do Desarmamento, para permitir o porte de armas por guardas de municípios com população maior que 50 mil habitantes, quando em serviço. Deve ser examinado ainda projeto (PLV 19/04) que regulamenta a partilha da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) entre estados e municípios.

Sarney recebe novo secretário-geral da Marinha

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 12h30, o almirante-de-esquadra Kleber Luciano de Assis. Ele será empossado amanhã como secretário-geral do Comando da Marinha.

O encontro será na Presidência da Casa. Às 15h30, Sarney preside a ordem do dia no Plenário, em que serão votadas medidas provisórias que trancam a pauta de votações.



Auxílio a institutos históricos em exame na CAE

Em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne hoje às 10h, projeto de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) estabelecendo que a União deve dar auxílio financeiro aos Institutos Históricos e Geográficos (PLS 132/03). A proposta será analisada ainda pela Comissão de Educação (CE). Além disso, os senadores votam medida que muda a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (PLC 108/03).

Comissões ouvem ex-colaborador de agências de inteligência

Denúncias sobre agentes norte-americanos infiltrados no Brasil, bem como de que o governo dos EUA estaria custeando a Polícia Federal brasileira são temas da reunião conjunta das

Comissões Mista de Atividades de Inteligência e de Relações Exteriores (CRE), hoje, às 18h30. Os colegiados ouvem um ex-colaborador de agências americanas com base no Brasil.

CCJ deve concluir votação da reforma do Judiciário

Os últimos destaques à proposta de reforma do Judiciário (PEC 29/00) devem ser votados pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) hoje, a partir das 11h. A comissão já examinou 133 das 165 emendas apresentadas pelos parlamentares. Após a conclusão da votação, o texto poderá ser analisado pelo Plenário.



Destaques ao PPA

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve iniciar hoje, às 14h30, a votação dos destaques apresentados ao relatório sobre o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007. O texto foi aprovado na quinta-feira. Além disso, serão analisados avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos.

Pena para trabalho escravo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina amanhã, às 10h, projeto (PLS 208/03) que institui penas mais rígidas para quem promover o trabalho escravo e proposta que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em condições de consumo imediato em postos de gasolina (PLS 148/03).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



DEFESA Declaração foi feita durante cerimônia de posse do ministro Edson Vidigal (entre o presidente Lula e Sarney) no STJ

Sarney: Brasil quer energia nuclear para fins pacíficos

O presidente do Senado, José Sarney, disse que é inaceitável comparar o Brasil a países que pesquisam o átomo para fins bélicos. O senador fez a afirmação durante cerimônia de posse do ministro Edson Vidigal como presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Sarney foi abordado pela imprensa para comentar a notícia do *The Washington Post* segundo a qual o Brasil estaria dificultando o acesso de inspetores de armas nucleares à instalação brasileira de enriquecimento de urânio, situada em Resende, no Rio de Janeiro.

– Não podemos aceitar o nosso nivelamento com a Coreia do Norte nem com o Irã, que são países com uma tradição de não aceitarem as regras internacionais de controle sobre energia nuclear – afirmou.

Sarney, que foi presidente da República, declarou que o Brasil nunca se negou a aceitar essas regras.

– O Brasil sempre manifestou que nosso objetivo é a utilização do átomo para fins pacíficos. E isso está na nossa Constituição. De maneira que não há como aceitarmos um procedimento que nos coloca sob suspeição – ressaltou.

Indagado sobre as circunstâncias dessa pressão política, Sarney lembrou que, em nível internacional, a posição do Brasil sempre foi muito nítida a respeito de energia nuclear.

– Nossa posição tem sido clara, contra a utilização da energia nuclear para fins bélicos. Então, não há como se possa comparar o Brasil com a Coreia do Norte e com o Irã, que são países que se manifestaram sempre pela independência e por armas nucleares – observou.

Sarney assistiu à posse de Vidigal ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; do vice-presidente José Alencar; do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha; do presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa; e do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles.

Paz

Eleito para presidir o STJ de 2004 a 2006, Vidigal tomou posse falando de paz. Disse que a Justiça é um instrumento realizador do entendimento e que é dever do Judiciário buscar a conciliação e estimular as soluções alternativas para os conflitos. O ministro afirmou que a função do juiz sempre foi eliminar embates e trabalhar para evitá-los. Nessa argumentação em favor da paz, ele citou Jesus Cristo, o padre Antonio Vieira e os músicos do Rappa.

Também assinalou que a beligerância entre advogados, Ministério Público, juízes e representantes dos três Poderes “não ajuda em nada, só serve para tirar o sossego da República”. Lembrando o mandamento constitucional de que Executivo, Legislativo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si, Vidigal observou que os integrantes desses Poderes estão sempre a bradar por independência, importando-se muito pouco com a harmonia.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

CAE decide autorização de financiamento para São Paulo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje pedido de autorização formulado pelo governo de São Paulo para a contratação de financiamento externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da União, no valor de US\$ 20 milhões. Também está na pauta da CAE projeto de lei do então senador Ademir Andrade (PLS 52/02) que modifica a lei que institui critérios para a distribuição dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Outra proposição em pauta (PLS 132/03), do senador Pedro Simon (PMDB-RS), estabelece que a União concederá auxílio financeiro anual a uma instituição cultural, em cada unidade da Federação, que se destine à preservação da memória histórica e geográfica regional.

A CAE deverá votar ainda projeto de lei da Câmara que altera a lei sobre fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para inserir, entre os beneficiários da reserva do FPM, aqueles integrantes de regiões metropolitanas com população igual ou superior a 129.049 habitantes.

Um outro projeto de lei da Câmara incluído na pauta da CAE é o de iniciativa do Executivo que altera a legislação sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho. O último item da pauta é o projeto de lei da Câmara que acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor, determinando que, nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, o devedor inadimplente terá direito à restituição das parcelas quitadas.



DELIBERAÇÃO Senadores deverão votar desde a partilha dos recursos da Cide até a proibição dos bingos

Plenário deve votar sete MPs para desobstruir pauta

■ Uma das medidas permite porte de arma de fogo para guardas em cidades com mais de 50 mil habitantes

Sete medidas provisórias (MPs) devem ser votadas pelos senadores para liberar a pauta do Plenário. Para esta semana foram marcadas duas sessões: uma de caráter deliberativo, hoje, e outra, não-deliberativa, amanhã. As MPs, que se transformam em projetos de lei de conversão (PLVs) se modificadas, têm prioridade regimental, impedindo votações de outras matérias enquanto não forem examinadas. Assim, outros itens que já aguardam deliberação, como o empréstimo de US\$ 100 milhões para a prefeitura de São Paulo (PRS 68/03), somente poderão ser votados após decisão no Plenário sobre as MPs.

Primeiro item da pauta do Plenário, a MP 157/03 altera o Estatuto do Desarmamento,

aprovado em dezembro, para permitir o porte de arma de fogo, quando em serviço, por guardas de municípios com mais de 50 mil habitantes. O relator, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), propôs permissão de porte de arma de fogo também para integrantes de guardas municipais de municípios com menos de 50 mil habitantes, mas que integrem regiões metropolitanas.

Em seguida, os senadores devem deliberar sobre a partilha dos recursos da Cide com os estados, o Distrito Federal e os municípios. A MP 161/04 torna obrigatório o repasse trimestral de 25% do que for arrecadado para aplicação em programas de infra-estrutura de transporte. Os percentuais de participação de cada unidade da Federação para 2004 já estão estabelecidos na MP.

Também aguarda deliberação a MP 162/04, que possibilita a transferência de R\$ 3,4 bilhões para estados, DF e municípios a fim de compensar perdas na arrecadação do Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) referente a exportações. Quarto item da pauta, a MP 163/04 possibilitou a reforma ministerial do início deste ano.

Já a MP 164/04 instituiu a cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as importações de bens e serviços de residentes ou domiciliados no exterior.

A regulamentação de contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e entidades para as quais a agência pode delegar funções, como associações de bacias hidrográficas, está na MP 165/04.

A última na lista de medidas provisórias e PLVs que obstruem a pauta é a proibição de exploração de todas as modalidades de jogos de bingo e de jogos em máquinas eletrônicas, conhecidas como caça-níqueis, em vigor desde 20 de fevereiro.

Orçamento analisa os destaques ao PPA 2004-2007

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) começa a analisar hoje os 373 destaques apresentados ao projeto do Plano Plurianual 2004-2007, que vai orientar os investimentos públicos ao longo dos próximos três anos. Uma vez concluída a votação dos destaques, a proposta será apreciada pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta.

Na última quinta-feira, a comissão acolheu, ressaltados os destaques, o parecer elaborado pelo segundo relator da matéria, senador Sibá Machado (PT-AC), que manteve a meta de superávit fiscal equivalente a 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). O relator anterior, Roberto Saturnino (PT-RJ), havia previsto no parecer inicial – rejeitado pela comissão – redução paulatina do superávit, até chegar a 3,25% do PIB em 2007.

A votação do parecer de Sibá ocorreu um mês depois de sua apresentação aos integrantes da CMO. Durante várias semanas, a base governista tentou, sem sucesso, submeter o texto a votação, mas esbarrava na obstrução promovida pela oposição. Na quinta-feira, os opositoristas tentaram manter a obstrução, mas os parlamentares governistas garantiram o quórum para a aprovação do parecer.

Ao anunciar em Plenário a aprovação do texto básico pela comissão, ainda na quinta-feira, Sibá Machado ressaltou que seu parecer abre a possibilidade de o governo obter, junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), apoio a um novo método de cálculo do superávit primário, de forma a permitir maiores investimentos em infra-estrutura. O senador lembrou que o PPA prevê crescimento de 5,5% da economia em 2007.

Comissão mista ouve colaborador de agências dos EUA

Em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência tomará hoje, às 18h30, o depoimento do "senhor Maurício", colaborador brasileiro de agências norte-americanas de inteligência baseadas no país. Ele falará sobre as informações prestadas pelo ex-chefe no Brasil do Federal Bureau of Investigations (FBI) – a polícia federal norte-americana –

Carlos Alberto Costa à revista *Carta Capital*. Na reportagem, Costa denuncia que a Polícia Federal brasileira estaria sendo "comprada" pelos Estados Unidos.

Em data a ser acertada, Costa também será ouvido por ambas as comissões, que são presididas pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) – foto. Durante reunião na semana passada da CRE, Suplicy anunciou que a denúncia seria tema de outras reuniões, neste mês, da

comissão mista. Deverão ainda ser convidados a falar sobre o tema o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; o diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda; e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Felix.

Participam desta comissão os presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e do Senado e os líderes da maioria e da minoria de cada Casa.



Waldemir Rodrigues

Duciomar propõe indenização para comissionados

Proposta de emenda à Constituição (PEC) que garante aos servidores com cargos em comissão o direito a indenização quando forem exonerados, no valor de 1/12 de sua remuneração para cada mês de exercício no cargo, foi apresentada pelo senador Duciomar

Costa (PTB-PA). A proposta estabelece, ainda, a continuidade da assistência à saúde, para o servidor e sua família, pelo período de quatro meses após o desligamento do serviço público. Duciomar explicou que a PEC se destina a garantir um mínimo de

proteção aos servidores públicos que exercem cargos de livre nomeação e exoneração. Embora não sejam efetivos, frisou o senador, "eles são indispensáveis para o bom andamento do serviço público." Para ele, não é justo que um servidor que exerceu cargo em comissão, muitas vezes por vários

anos, fique destituído de qualquer amparo, uma vez que seu regime de trabalho não prevê Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). – A intenção da proposta é amparar o servidor, enquanto não encontra novo emprego – explicou o parlamentar.



Moreira Mariz

AJUDA Proposta garante um mínimo de proteção ao servidor, diz Duciomar



ANISTIADOS Romero Jucá informa que vem recebendo apelos em seu gabinete

Jucá cobra reparação a ex-perseguidos políticos

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) apelou ao governo para que cumpra o que foi determinado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e pague as indenizações pecuniárias aos perseguidos políticos do regime militar. "O não cumprimento do que foi determinado configura-se inaceitável, sob o ponto de vista humano, uma preocupante anomalia em termos jurídicos e, politicamente, um grave equívoco", afirmou.

Jucá disse que tem recebido vários apelos em seu gabinete, e o último deles o fez decidir-se por um pronunciamento formal. "Desta feita, é a Câmara Municipal de Sacramento, em Minas Gerais, que, por intermédio da presidente Hilma Terezinha Nascimento e Fonseca, me apresentou requerimento do vereador Wesley De Santi de Melo", explicou o senador.

O vereador apela em favor do ex-militar da Aeronáutica Jair Baltazar Pinto, que teve seu pleito aprovado pela Terceira Câmara da Comissão de Anistia, em sessão realizada no dia 31 de outubro de 2002. Segundo Jucá, a decisão do órgão, relatada pela conselheira Juliana Magalhães, não deixa dúvidas: ela recomenda "a indenização pecuniária".

CCJ pode concluir votação da reforma do Judiciário

Faltam ser examinados destaques sobre temas polêmicos, como o controle externo e a súmula vinculante

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve concluir hoje, em reunião marcada para as 11h, a votação dos destaques apresentados ao parecer do senador José Jorge (PFL-PE) sobre a proposta de emenda constitucional que estabelece a reforma do Poder Judiciário. Dos 165 destaques, 133 já foram analisados.

As duas últimas reuniões do colegiado foram dedicadas ao exame dessas sugestões de mudança no relatório, tendo a comissão acolhido algumas delas. Entretanto, ainda não foram votados destaques sobre temas tidos como fundamentais da reforma, como a instituição dos conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público, e a criação da súmula vinculante para decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), a serem seguidas pelos demais tribunais. Ambos os pontos estão no texto da PEC 29/02 aprovado pela Câmara dos Deputados e mantido no relatório de José Jorge.

Na semana passada, o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), suspendeu a



DECISÃO Edison Lobão (à esquerda, com José Jorge) concedeu mais tempo para que senadores pudessem analisar as emendas

reunião, por considerar necessário que os senadores tivessem tempo suficiente para analisar esses temas considerados polêmicos. Caso a comissão não consiga terminar hoje o exame do relatório, a votação continuará na reunião ordinária de amanhã, às 10h, cuja pauta é composta por outras proposições.

O primeiro item da pauta de amanhã da comissão é a PEC 7/92, que tramita em conjunto com outras duas. A proposta estabelece os números mínimo e máximo de vereadores por município, que seriam proporcionais ao número de eleitores. O relator da matéria é o senador Jefferson Péres (PDT-AM), que apóia a medida já aprovada pela Câmara.

Também faz parte da pauta o

projeto de lei (PLS 208/03) que institui penas mais severas para quem promover trabalho escravo no Brasil. A proposta é do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e tem parecer favorável do senador César Borges (PFL-BA), que aproveitou sugestões do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Controle externo

O senador Tasso Jereissati recebeu na tarde de ontem a visita de um grupo de desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que vieram discutir a proposta de reforma do Judiciário.

Os magistrados se manifestaram favoráveis ao controle externo e à súmula vinculante. Jereissati agradeceu as sugestões do grupo e acertou com os desembargadores novos contatos para a produção de normas complementares à reforma, de modo a dar efetividade às medidas modernizadoras do Poder Judiciário.

Participaram do encontro com o senador, além do presidente do tribunal cearense, João de Deus Barros Bringel, os desembargadores Fernando Ximenes, Gizela Nunes da Costa, Haroldo Rodrigues, Luiz Gerardo Brígido e José Cláudio Nogueira.



CONTRIBUIÇÃO Desembargadores do Ceará discutiram com Tasso Jereissati (C) pontos que consideram essenciais para a reforma

Lúcia Vânia quer autonomia para a Defensoria Pública da União

A inclusão da autonomia administrativa da Defensoria Pública da União na reforma do Judiciário, a exemplo das defensorias públicas dos estados e do Distrito Federal, foi sugerida, em discurso no Plenário, pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ao relator da proposta, José Jorge (PFL-PE).

Lúcia Vânia explicou que, muitas vezes, as pretensões jurídicas da população carente voltam-se contra o próprio Estado, em ações contra a União, o INSS, a Caixa, o Banco do Brasil e outros órgãos públicos federais.

– A Defensoria Pública da União tem como sua única e exclusiva função constitucional dar às populações carentes acesso à Justiça. Dessa forma, nada mais correto do que a autonomia e a independência de seus defensores.

São justamente essas causas, segundo a senadora, que tornam o cidadão pobre ainda mais indefeso e impotente.

– Infelizmente, é comum o Estado negar o benefício a pessoas que realmente têm o direito de obtê-lo, na maioria das vezes, por falta de documentação ou por problemas de mera formalidade. E geralmente são pessoas extremamente carentes – assinalou.



J. Freitas

MISSÃO Lúcia Vânia lembra que órgão garante acesso das pessoas carentes à Justiça

Paim pede à Câmara que não altere PEC paralela

“Será que 70 senadores que votaram a favor da emenda paralela da Previdência, no fim do ano passado, estavam mentindo quando disseram que o governo garantia sua votação na Câmara?” O questionamento foi feito da tribuna pelo senador Paulo Paim (PT-RS), ao cobrar empenho do governo para que a chamada PEC paralela não seja alterada pelos deputados. A emenda restitui aos funcionários públicos alguns benefícios retirados pela reforma da Previdência.

Paim afirma que agora ele e “todos os outros 70 senadores” estão surpresos com as alterações que o relator da paralela na Câmara, deputado José Pimentel (PT-CE), está apresentando.

– Nós votamos a reforma da Previdência acreditando na palavra do governo de que as mudanças introduzidas em negociação no Senado, por meio da emenda paralela, seriam respeitadas pelos deputados. Eu ainda estou confiante em que o governo cumprirá o acordo com os senadores – observou Paulo Paim.



Paim diz que 70 senadores estão surpresos com as mudanças feitas à emenda

Moreira Mariz

O parlamentar gaúcho pediu apoio para o seu projeto de correção, no dia 1º de maio próximo, do salário mínimo pela inflação registrada pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). A matéria estabelece também

acréscimo real de R\$ 0,20 por hora do salário mínimo. Com isso, o valor poderá subir dos atuais R\$ 240 para cerca de R\$ 310.

Se aprovado o projeto, que tem como relator o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), o salário mínimo finalmente chegará ao nível de US\$ 100. Mais: o acréscimo de R\$ 0,20 por hora significará aumentos reais garantidos para os próximos anos.

– É isso que estamos procurando há muito tempo – afirmou.

Mesquita Júnior ponderou que esta é uma das oportunidades que tem o Congresso Nacional de melhorar a situação de milhões de brasileiros, e manifestou-se favorável à matéria, que está em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Garibaldi lembra que emenda foi aprovada por unanimidade

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) fez apelo para que a Câmara dos Deputados aprove a chamada PEC paralela da reforma da Previdência, que ameniza alguns dos aspectos da reforma previdenciária, que retirou direitos dos servidores públicos. Ele lembrou que a PEC



Garibaldi afirma que seus eleitores estão cobrando a votação da matéria

Rosevelt Finheiro

ria desfigurando a proposta aprovada no Senado. O senador disse que, em nome do bom relacionamento entre os congressistas, a Câmara deveria respeitar o acordo feito entre as duas Casas, que teve, inclusive, o aval do Palácio do Planalto.

Garibaldi afirmou que todos os senadores com voz ativa na celebração do acordo, como Paulo Paim (PT-RS), Serys e ele próprio, estão sendo cobrados pelos servidores, quando vão a suas bases eleitorais.

Valadares: “Não existem provas contra Capiberibe”

■ Senador lembra que o Ministério Público estadual e o TRE reconheceram a inocência do colega

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu ontem em Plenário o senador João Capiberibe (PSB-AP), líder de seu partido, que está ameaçado de perder o mandato, em processo em julgamento pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Valadares ressaltou que as acusações contra o representante do Amapá se baseiam em depoimentos de apenas duas testemunhas, que posteriormente foram flagradas confessando que receberam dinheiro para fazer as acusações de compra de votos por R\$ 26. Mesmo assim, informou Valadares, o ex-procurador-geral da República Geraldo Brindeiro decidiu denunciar Capiberibe e sua esposa, Janete, eleita deputada federal.

– O Senado Federal está sob a ameaça de uma violência inaudita. João Capiberibe pode



JUSTIÇA Valadares destaca a honestidade de Capiberibe

se tornar vítima de injustiça histórica. As duas testemunhas pedem, em gravação disponível a todos os senadores, R\$ 20 mil para mudarem seus depoimentos e admitem que receberam dinheiro para prestar os depoimentos originais – afirmou o parlamentar.

Antonio Carlos Valadares classificou o processo contra Capiberibe de absurdo, e asseverou que se trata de “um pleito fundamentado em provas fragilíssimas e em desacordo

com os fatos”. E lembrou ainda que o Ministério Público estadual e o Tribunal Regional Eleitoral reconheceram que não há provas contra o senador.

Valadares apontou para a trajetória política de Capiberibe e de sua esposa, que lutaram contra a ditadura militar e, ao se exilarem do país, “em vez de irem para a Europa, partiram para a África para ajudar populações carentes”.

Roberto Saturnino (PSB-RJ) assinalou que Capiberibe tem uma biografia limpa e admirável, e que tem enfrentado a hostilidade de verdadeiras máfias. De acordo com Arthur Virgílio (PSDB-AM), a possível cassação de João Capiberibe lhe soa como uma violência.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) atestou a “integridade, pureza, sobriedade e competência de João Capiberibe”. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) chamou atenção para a fragilidade das provas contra o colega.

José Jorge se solidariza com colega do AP

O senador José Jorge (PFL-PE) prestou ontem solidariedade ao senador João Capiberibe (PSB-AP), que está com o mandato ameaçado por conta de ação em julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O parlamentar pernambucano acha que o julgamento deveria ser realizado pelo Senado, e não pelo TSE.

José Jorge argumentou que, nesta Casa, o senador João Capiberibe teria “amplo direito de defesa e não seria cassado por questões pequenas”.

O senador do PFL chamou a atenção dos seus colegas para o fato de que Capiberibe governou um estado do norte do país, em que a falta de recursos e as condições geográficas tornam a administração muito mais complicada, mas que agiu sempre “com muita tranquilidade”, a mesma que estaria emprestando ao seu mandato no Senado.

Serys lê moção de apoio ao senador processado pelo TSE

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) leu em Plenário moção de apoio ao senador João Capiberibe e à sua mulher, deputada Janete Capiberibe – ambos do PSB do Amapá –, aprovada pelos participantes da 3ª Conferência da Amazônia, em Porto Velho (RO). Os parlamentares enfrentam processo de cassação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No documento, os participantes da conferência tornam público o apoio aos dois, sustentando que existem vários indícios de manipulação no ato de denúncia. Instaurado o processo, conforme a moção, confirma-se que os próprios denunciadores afirmaram em juízo terem sido pagos para depor contra o senador e sua mulher.

Os conferencistas confiam que os ministros do TSE impedirão que os adversários do senador e da deputada, que os acusam de fraude e corrupção eleitoral nas eleições de 2002,



DEFESA PÚBLICA Serys defende Capiberibe e diz que acusadores foram pagos para depor

consumem “um ato que ameaça a soberania do voto”.

A senadora informou que está sendo enviado a Brasília abaixo-assinado favorável a João Capiberibe e sua esposa, que contém nomes de importantes lideranças da Amazônia.

– A história de João Capiberibe não condiz com esse tipo de procedimento do qual vem sendo acusado – afirmou Serys Slhessarenko.



REPORTAGEM Alvaro destaca informação de que Waldomiro Diniz foi sócio de Luiz Gushiken

Alvaro: fatos mostram vínculo entre Waldomiro Diniz e petistas

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) comentou reportagem publicada na edição desse fim de semana da revista *IstoÉ Dinheiro*, segundo a qual Waldomiro Diniz, ex-assessor parlamentar da Presidência da República, foi sócio do secretário de Comunicação da Presidência, Luiz Gushiken, em uma fazenda localizada em Goiás.

– O governo empenha-se de forma incrível no objetivo de determinar o afastamento de seus integrantes da figura de Waldomiro Diniz. Mas isso vai se tornando cada vez mais impossível, já que a cada dia fatos novos revelam o vínculo estreito e forte entre ele e o PT.

A respeito da afirmação do presidente Lula em Mato Grosso do Sul de que faria muito mais no seu governo “do que muita gente fez em 500 anos”, o senador disse que esse tipo de promessa chega a ser “deboche, cinismo, desrespeito e agressão à inteligência da população do país”. O senador também relacionou os diversos programas anunciados pelo governo federal que, a seu ver, não teriam saído do papel.

Alvaro também se solidarizou com o senador João Capiberibe (PSB-AP) e sua esposa Janete Capiberibe. Ele lembrou da postura ética do parlamentar e manifestou sua crença de que o Tribunal Superior Eleitoral fará justiça inocentando o casal.

Virgílio propõe depoimentos de Serra e Dirceu no Senado

■ Senador quer explicações sobre os episódios envolvendo Waldomiro Diniz e José Roberto Santoro

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), apresentará hoje requerimento para que a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) convide o ministro da Casa Civil, José Dirceu, e o presidente do PSDB, José Serra, para prestarem depoimentos. Eles deverão falar a respeito dos episódios envolvendo o ex-assessor da Presidência Waldomiro Diniz e o subprocurador-geral da República José Roberto Santoro, bem como sobre as denúncias de corrupção e de conspiração que “estão pairando sobre as cabeças de todos os brasileiros”.

O senador explicou que não está propondo “um circo”. Os depoimentos devem ser separados, para que todos os senadores possam perguntar, a um e ao outro, tudo que desejem.



TUMULTO Arthur Virgílio pede união de políticos em torno da governabilidade

Segundo Virgílio, cada depoente terá, da mesma forma, oportunidade de explicar ao Congresso, e principalmente à nação, os seus atos. “Serra já me disse que aceitará.”

Arthur Virgílio citou críticas ao governo Lula, feitas pelo jornal *The New York Times* e pela revista *Veja*. Para ele, embora sejam pontos de vista diferentes, ambos centram sua análise da crise em que se de-

bate o país no fato de que o governo não apresenta respostas sobre as denúncias de irregularidades e de episódios de corrupção.

Para o líder, há uma clara intenção de manipulação de informações. Ele repeliu a palavra “conspiração”, para qualificar a conversa entre o subprocurador José Roberto Santoro e o empresário do jogo de azar Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

– Repilo a tentativa de arrastar para o atoleiro do governo Lula o PSDB e seu presidente, José Serra – disse.

Arthur Virgílio fez um apelo aos congressistas para que não abdicuem de sua responsabilidade de procurar a verdade. Segundo ele, o melhor instrumento de que dispõe o Legislativo é a comissão parlamentar de inquérito (CPI), e seu partido, o PSDB, continuará pressionando a fim de que ela seja instalada para “investigar tudo e todos”.

O senador pediu aos brasileiros para que confiem no Brasil.



DIMENSÃO Para Valdir Raupp, há fatos que devem “ficar circunscritos a sua pequenez”

Raupp pede a senadores que priorizem votações

Valdir Raupp (PMDB-RO) conclamou ontem o Senado a deixar o caso Waldomiro Diniz a cargo da Polícia Federal e do Ministério Público. Além do respeito que merecem essas instituições, argumentou o senador, a Casa tem uma agenda de votações impossível de ser concluída neste semestre.

Raupp se disse surpreso com a atenção que o Congresso vem dando ao caso Waldomiro, flagrado pedindo propina ao empresário do jogo de azar Carlinhos Cachoeira. Em sua avaliação, “está claro” que o ato praticado pelo ex-assessor foi uma atitude isolada. O senador lembrou que quando governava Rondônia teve sobressaltos semelhantes e houve casos em que promotores tentaram forjar provas contra seu governo.

– Ao lembrar que somente décadas depois o país ficou sabendo que Getúlio Vargas nada tinha a ver com a atitude do seu chefe de segurança, que tentou assassinar Carlos Lacerda, o senador frisou que “tardiamente as pessoas concluíram que a história teria sido melhor se tal fato ficasse circunscrito a sua pequenez”. Na opinião de Raupp, os senadores deveriam deixar Waldomiro no anonimato e retomar a pauta de votação.

Raupp destacou ainda a 3ª Conferência da Amazônia, que ocorreu em Porto Velho no fim de semana.

Saturnino: crítica do *The New York Times* visa defender interesses dos EUA

Logo após o discurso do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) pediu a palavra em nome da liderança do PT para afirmar que a matéria do jornal *The New York Times*, citada pelo parlamentar da oposição, “não tem a menor credibilidade quando se trata de interesse dos grandes capitais nas economias periféricas”.

– Sobre as questões da *Veja*, não há fatos novos para respostas. Quanto ao jornal norte-americano, sabemos dos seus interesses e dos seus pecados. Sabemos ainda que o presiden-



POSTURA Americanos não gostam da política comercial brasileira, afirma Saturnino

te Lula não agrada aos interesses norte-americanos. Vemos as ações deles na Alca e certamente eles não estão satisfeitos

com a decisão brasileira de se aproximar comercialmente da China, da Rússia e da Índia – afirmou Roberto Saturnino.

Para o senador, os brasileiros devem colocar em dúvida as afirmações de jornais norte-americanos quando tratam de assuntos sobre os quais entendemos muito mais que eles, pois estamos aqui vivenciando tudo, enquanto eles nem sempre conseguem entender os problemas do país.

– Os comentários do *The New York Times* devem ser vistos sob o prisma do interesse dos grandes capitais – disse.

Paulo Octávio agradece a Lula por recursos para o DF

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) agradeceu ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a atenção que ele vem dedicando ao Distrito Federal. De acordo com o senador, o governo atendeu seu pedido de que fosse corrigido erro no cálculo do valor do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Paulo Octávio in-

formou que, por erro do Ministério do Planejamento, o DF receberia, no orçamento deste ano, R\$ 240 milhões a menos.

Paulo Octávio explicou que o primeiro valor anunciado pelo governo – R\$ 3,7 bilhões –, para a manutenção das áreas de saúde, educação e segurança, não tomou por

base a receita corrente líquida da União calculada no período de julho a junho. O parlamentar destacou que o governo federal comprometeu-se, na quinta-feira passada, a encaminhar um projeto ao Congresso fazendo a correção.

O representante do Distrito Federal informou também que o gover-

no enviará projeto ao Congresso para repasse de R\$ 60 milhões necessários ao ajuste que beneficiará 70 mil servidores, entre médicos, professores e servidores das áreas de saúde e educação. A medida, disse o senador, foi anunciada pelo ministro Guido Mantega, do Planejamento, para a bancada federal do DF.



COMPROMISSO Paulo Octávio diz que governo corrigirá valor

Simon defende liberdade de ação dos procuradores

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem a Procuradoria Geral da República (PGR) dos ataques que vem sofrendo de integrantes do PT e do governo, em decorrência da divulgação de fita em que o subprocurador-geral José Roberto Santoro pressiona o empresário do jogo de azar, Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, a cooperar numa investigação capaz de "derrubar" o governo petista.

Simon afirmou que, independentemente do comportamento de Santoro, os procuradores têm agido com muito cuidado na defesa da lei e na busca de punição para os corruptos. Ele lembrou que, historicamente, o PT defendeu o Ministério Público e fez chegar ao órgão denúncias graves. Por isso, o parlamentar estranha que integrantes do partido, e até o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, venham defendendo a "lei do cabresto" para os procuradores.

– Não há como negar equívocos, por exemplo, de promotores recém-formados que processam prefeitos sem recursos materiais para realizar obras, mas daí a querer calar os procuradores há uma diferença muito grande – ponderou Pe-



CONDENAÇÃO Simon não aceita "Lei da Mordaza" para calar membros do Ministério Público

dro Simon.

Para mostrar a importância do papel dos procuradores, o senador citou o episódio da destruição de provas pela polícia de Alagoas relacionadas ao Caso PC. "Querer tirar os procuradores das investigações seria dar espaço à ação de pessoas interessadas na impunidade. E um perigo tão grande quanto esse seria calar a voz do Ministério Público."

– Se quando os procuradores falam, não há punição, imaginem com a "Lei da Mordaza" – disse o senador, referindo-se ao projeto de lei em tramitação no Congresso que impede os procuradores de se pronunciarem ou divulgarem informações sobre os casos que estiverem investigando.

Jereissati é contra redução do papel do Ministério Público

Ao lamentar que alguns procuradores tenham abusado de seus poderes no exercício da função, fazendo política e atacando autoridades para ocupar espaço nos jornais, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) argumentou que o fato não pode servir para que o Senado sequer cogite a possibilidade de diminuir o papel desempenhado pelo Ministério Público.

Jereissati rebateu também as notícias que procuram envolver o presidente do PSDB, ex-senador José Serra, em atos de escuta pública. O parlamentar enfatizou que esse tipo de atitude, que tenta tirar a credibilidade de todos, só reforça a necessidade de se aprofundar as investigações em torno do caso Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República, flagrado pedindo propina.

O parlamentar se solidarizou também com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-



REPÚDIO Tasso Jereissati rebate notícia envolvendo José Serra em escuta telefônica

BA), que protestou contra a discriminação que os estados governados por políticos de oposição estariam sofrendo do governo federal quanto à distribuição de recursos. Jereissati citou o caso do estado do Ceará, que teve redução drástica nos recursos recebidos da União em 2003. O senador anunciou que vai convidar a bancada do Ceará para protestar junto ao governo e pedir mais verba para o estado.

Crescimento está sendo retomado, diz Mercadante

Emprego também começa a aumentar, destaca senador, que elogia a atuação de Palocci e Meirelles

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que a economia brasileira está em claro processo de recuperação. Mercadante ressaltou os últimos índices econômicos, que, disse, demonstram retomada do crescimento e geração de empregos. Ele destacou as políticas de crédito para a modernização da agricultura e da indústria. Conforme o senador, tem sido acertada a política econômica implementada pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e pelo presidente do Banco Central,

Henrique Meirelles.

– A safra agrícola é recorde, o saldo da balança comercial também é recorde neste mês, as reservas cambiais são de R\$ 25 bilhões e o Brasil não precisa sacar a ajuda do Fundo Monetário Internacional a que tem direito. As perspectivas são de crescimento sustentado – assinalou o senador.

Mercadante elogiou as medidas de crédito anunciadas pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, que garantem até R\$ 15 bilhões em crédito para investimentos na indústria. Ele também destacou o fomento à agricultura, que receberá R\$ 2,25 bilhões a juros baixos.

Ministério Público

O senador negou que o governo esteja interessado em di-



FORÇA Governo não está interessado em reduzir poder do MP, afirma Mercadante

minuir o poder do Ministério Público. Segundo Mercadante, a indicação de Cláudio Fonteles para procurador-geral da República, eleito por seus pares, demonstra o interesse do governo em manter o MP como instituição forte.

Para Antonio Carlos, governo discrimina opositoristas

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) protestou ontem contra a discriminação do Executivo aos estados governados pelo PSDB e pelo PFL. O senador considerou "uma ingratidão" esse tipo de atitude para com a Bahia, já que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu no estado sua maior votação e tem tido a contribuição dos parlamentares da Bahia na aprovação de matérias importantes em tramitação no Congresso.

De acordo com o senador, os recursos repassados pelo governo federal no ano passado que correspondem a transferências voluntárias – verbas relacionadas a acordos, convênios e ajustes feitos entre União e estados – aumentaram para governos do PT ou de partidos aliados, e diminuíram para os liderados pela oposição. Citando matéria da *Folha de S. Paulo*, de domingo, o senador informou que o índice médio de aumento para os quatro estados petistas foi de 84,1% em 2003, enquanto, para os 11 estados administrados pelo PSDB e pelo PFL, o aumento foi de apenas 6%. Para a Bahia, houve um decréscimo de 30,6%, destacou o senador.

O que ocorre nos estados é acompanhado nas capitais, disse o senador, que divulgou dados do jornal *O Estado de S. Paulo*. De acordo com as informações, oito capitais governadas pelo PT têm 58,1% das transferências da União, sendo que o maior repasse, em torno de R\$ 22 milhões, foi dirigido à prefeita Marta Suplicy, que disputava a reeleição em São Paulo.



ACM: estados governados pelo PT são favorecidos

José Jorge pede que Lula dê mais atenção a Pernambuco

Citando o problema das enchentes e das invasões de terras, o senador José Jorge (PFL-PE) reivindicou ontem melhor tratamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Pernambuco. Na opinião do parlamentar, nunca um presidente foi tão ruim para o estado, com o agravante de que Lula é pernambucano de Garanhuns.

José Jorge notou que a determinação do presidente de que ninguém faria reforma agrária na marra não está sendo obedecida. Apenas no último fim de semana, 24 propriedades rurais de Pernambuco foram invadidas por 8 mil sem-terra. Como resultado, enfatizou ele, ninguém compra terras no estado. E quem já as tem não investe com receio de perder o capital aplicado.

Com relação aos estragos causados pelas últimas cheias, José Jorge observou que há uma lentidão muito grande no repasse de verbas destinadas à reconstrução das casas destruídas. De acordo com o senador, os jornais têm noticiado que o governo liberou R\$ 43,7 milhões para a reconstruir residências em Pernambuco, mas devido a entraves burocráticos a verba só será efetivamente convertida em obras num espaço de seis meses a um ano.

– O meu pedido ao presidente Lula é que governe, tome providências – disse José Jorge, lembrando que o governo tem 35 ministros.

O senador mencionou também as perdas do estado com as transferências orçamentárias voluntárias, que, segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, estariam sendo usadas em benefício dos estados governados pelo PT.



José Jorge cobra agilidade na ajuda aos desabrigados

Tebet homenageia ginastas brasileiros premiados

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) fez homenagem à atleta brasileira Daiane dos Santos, medalha de ouro na modalidade solo da etapa do Rio da Copa do Mundo de Ginástica. O senador elogiou a eficiência, a graça e a beleza da ginasta, além de mencionar as conquistas de toda a equipe, especialmente as dos irmãos Diego e Daniele Hypólito.

– Mais belo e puro do que o vôo de Daiane, somente sua simplicidade em não causar expectativas quanto a uma medalha de ouro nas Olimpíadas de Atenas – disse.

Tebet ressaltou que os resultados do time brasileiro, que incluem ainda Mosiah Rodrigues (medalha de prata no cavalo com alças) e Camila Comin (prata na trave e bronze no

solo), foram fruto de muito esforço, treinamento e dedicação, ao lado do que ele chamou de “imprescindível apoio oficial”.

– A emoção de homenagear essa menina-moça e seu vôo de borboleta, ao som do *Brasileirinho*, aumenta quando enxergamos o resultado de uma geração de atletas que está emergindo, superando obstáculos,

preconceitos e falta de apoio, infraestrutura e todas as dificuldades rotineiras nas famílias de origem modesta.

Para Tebet contribuíram para a vitória brasileira a Confederação Brasileira de Ginástica; o Comitê Olímpico Brasileiro; o técnico ucraniano Oleg Ostapenko; e o ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz.



Célio Azevedo

PRÊMIO Tebet elogia Daiane dos Santos, medalha de ouro na Copa de Ginástica no Rio

Mesquita Júnior quer decisão sobre atos do Supremo

Senador lembra que esperam votação ofícios declarando inconstitucionais 97 leis estaduais e federais

Roosevelt Pinheiro



DEMORA Decreto de 1974 do governo paulista ainda não foi analisado, diz Mesquita Júnior

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) lembrou, em Plenário, que ofícios do Supremo Tribunal Federal (STF) ao Senado, comunicando que declarou inconstitucionais no todo ou em parte 97 leis estaduais e federais, esperam pelo voto dos senadores, alguns assinados há décadas. A norma mais antiga é um decreto de 1974 do governo paulista.

– Não me parece razoável que um ato do STF declarando inconstitucional um decreto do governador de São Paulo esteja há anos pendente de deliberação do Senado – observou.

tuição federal, para que não tenham de assumir tal responsabilidade.

Em aparte, o senador José Jorge (PFL-PE) informou ter apresentado projeto que autoriza a votação dos vetos de forma separada na Câmara e no Senado – e não como hoje, em sessão conjunta do Congresso. A medida, argumentou, facilitará a apreciação dos vetos.

Mesquita Júnior também saudou viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Acre, nesta semana, quando será anunciada a revitalização, na Amazônia, do Correio Aéreo Nacional e a inauguração do Hospital do Idoso, em Rio Branco.

O senador solidarizou-se com o senador João Capiberibe (PSB-AP) e sua mulher, deputada Janete Capiberibe, que sofrem processo de cassação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Dias atrás, Mesquita Júnior havia lamentado a existência de 190 vetos presidenciais a espera de exame do Congresso.

Para ele, os senadores devem resolver a situação, ou votando os ofícios ou mudando a Cons-



PRODUÇÃO Obra contribuirá para a agricultura do Tocantins, segundo João Ribeiro

João Ribeiro cobra término da Ferrovia Norte-Sul

O senador João Ribeiro (PFL-TO) manifestou confiança de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumprirá promessa de finalizar a Ferrovia Norte-Sul. Ele disse que, se for concluída, a obra promoverá gran-

de impulso na agricultura tocan-tinense, garantindo melhor escoamento das safras. Mesmo sem a ferrovia, destacou, o setor agrícola no estado cresceu 400% nos últimos três anos.

João Ribeiro convidou empresários agrícolas de todo o país a se mudarem para o Tocantins, ressaltando que o estado dispõe de terras férteis e baratas, com grande oferta de água e apoio governamental.

– O empresário será recebido com tapete vermelho – assegurou João Ribeiro.

O senador citou os municípios de Santa Rosa e Pedro Afonso como exemplos da nova fase da agricultura do Tocantins, com grandes safras de soja, arroz e milho. Ele elogiou o trabalho realizado nos últimos anos pelo Secretário de Agricultura, Raimundo Nonato Pires do Santos.

– Através da agricultura é que vamos tirar o país das dificuldades que atravessa – afirmou o senador pelo Tocantins.

Mozarildo aplaude inauguração de nova rota do Correio Aéreo Nacional

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) manifestou satisfação com a revitalização do Correio Aéreo Nacional (CAN) na região amazônica, a partir do Acre. A inauguração da nova rota deve ser realizada hoje, em Rio Branco, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme Mozarildo, quase 100 mil pessoas que moram em áreas de difícil acesso do estado serão beneficiadas com atendimento médico e remédios.

Gerardo Magalhães



APOIO Mozarildo ressalta que 100 mil moradores do Acre deverão ser beneficiados

Mozarildo explicou que o novo projeto do CAN prevê que as aeronaves C-98 da Força Aérea Brasileira (FAB), utilizadas nas novas linhas, poderão fazer o transporte de enfermos para

hospitais com maiores recursos, e que os assentos vagos nos aviões poderão ser usados por pessoas que precisarem viajar.

Nessa etapa, serão beneficiados os municípios de Manoel

Urbano, Feijó, Tarauacá, Marechal Thaumaturgo e Cruzeiro do Sul, todos no Acre, mas Mozarildo afirmou haver planos para expandir o atendimento a Roraima e Amapá.

Educação

Mozarildo Cavalcanti lamentou o fato de o Brasil ter menos jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior do que a Bolívia.

– É significativo que 20% dos jovens bolivianos estejam cursando universidades, enquanto apenas 9% dos jovens brasileiros detêm o mesmo privilégio – disse, lembrando que a economia da Bolívia é 61 vezes menor do que a brasileira.

Eduardo saúda secretários da Juventude no Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) saudou os novos secretários da Juventude da prefeitura de Palmas, capital do Tocantins, e do governo do estado. Conforme disse, João Maurício Roriz e Márcia Barbosa darão continuidade a uma série de projetos vitoriosos voltados aos jovens tocan-tinenses.

Eduardo lembrou que os dois secretários já assinaram convênios com a Justiça Eleitoral para o registro dos jovens com vistas à participação nas eleições de outubro. Segundo ele, João Maurício “estudou publicidade e tem o título de MBA (Master in Business Administration) em marketing político. O senador ressaltou também que o traba-



Roosevelt Pinheiro

MAIS VAGAS Eduardo defende a criação da cota social, baseada em renda, nas universidades

lho desenvolvido pela prefeitura de Palmas tem sido premiado como reconhecimento do esforço na abordagem das questões do jovem.

O parlamentar sugeriu ao governo que adote políticas efetivas para o primeiro emprego e criação de vagas em universidades, públicas e particulares, para pessoas de baixa renda – que ele chamou de “cota social”. O critério, explicou, seria a renda, e não a raça.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Alberto Silva, Roberto Saturnino e Geraldo Mesquita Júnior e pela senadora Serys Slhessarenko